

A RELAÇÃO DA POBREZA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

CORRÊA, Juciani Severo.

Professora do curso de Filosofia do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, RS.
juciani@unifra.br

Resumo: Este estudo trata-se de uma discussão sobre a educação de jovens e adultos e a sua relação com a pobreza. Percebe-se que os alunos desta modalidade de ensino, abandonam seus estudos pelos mais variados motivos, dentre eles destaca-se a pobreza, como fundamental causa. O processo metodológico caracterizou-se pela pesquisa bibliográfica, o trabalho é embasado na contribuição de diversos autores que estudam a relação da educação de jovens e adultos e a pobreza, dentre os autores destacam-se Paulo Freire e Moacir Gadoti.

Palavras-Chave: educação; eja; pobreza

Introdução

Atualmente, a educação constitui um dos principais temas de discussões e reflexões de órgãos governamentais e sociedade civil. Sua relevância deve-se ao fato de abranger questões sociais, econômicas, políticas e culturais dos diferentes países que veem na educação formal o pilar das mudanças estruturais da sociedade.

Nesse contexto, recebe atenção especial a educação voltada para a construção do conhecimento e a formação da consciência cidadã. Para tanto, os dados sobre a realidade brasileira estão a exigir várias mudanças no âmbito cultural, social, econômico e político, sempre em busca de respostas e alternativas para que se atinja um nível de vida de melhor qualidade. E o e mais indicado instrumento de mudança é a educação. Nesse sentido, surgiu como uma das alternativas de mudança o investimento na EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Para melhor compreender a colocação acima, é necessário que se faça uma reflexão sobre conceitos que poderão elucidar o papel do homem na busca do exercício pela cidadania e inserir, nesse contexto.

A proposta do tema, partiu após ministrar a disciplina de EJA, no curso de Pedagogia da UNIFRA, as instigações acerca da influência da pobreza, como fator que exclui as pessoas do espaço escolar. E que mais tarde retomam seus estudos na modalidade EJA, pois muitas vezes a única possibilidade de homens e mulheres voltarem a estudar desta maneira.

Desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica sobre a educação de jovens e adultos no Brasil e sua vinculação com a pobreza. Na revisão de literatura foram utilizadas leituras de diferentes autores, pertinentes e afins ao tema proposto.

A educação na atualidade

Segundo Pontili (2004), muitas pesquisas realizadas na área da economia têm apresentado a importância da escolaridade para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para a autora, o nível de escolaridade no Brasil é, em média, de 6,4 anos, considerado baixo em relação a outros países da América Latina. A partir dessa realidade, foram estabelecidas mudanças na forma de gestão de ensino público brasileiro, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino e, principalmente, o interesse e permanência do aluno na escola.

Nos anos 90, foi declarada em Jomtien, na Tailândia, a Educação Para Todos¹, tida como um marco para o planejamento e efetivação de políticas educacionais no mundo e ratificando-se como um conceito inserido nas agendas dos distintos governos para a garantia de acesso e permanência na Educação Básica, por meio da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos provenientes de diferentes grupos e culturas:

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deverá estar em condições de aproveitar as oportunidades educacionais oferecidas para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Estas necessidades abarcam tanto as ferramentas essenciais para a aprendizagem (como literatura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas) como os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimentos teóricos e práticos valores e atitudes) necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua vida, tomar decisões fundamentais e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem varia de país a país em sua cultura e muda inevitavelmente com o transcurso do tempo (WCEA, 1990, p.157 In FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, p. 98).

As propostas de Educação Para Todos, desde Jomtien e também as que a seguiram, foram muito significativas, porque viabilizaram o espaço para uma larga discussão sobre a necessidade de os governos efetivarem propostas que admitissem a diversidade dos alunos

¹ Nos anos 80, a estagnação e decadência econômica, o rápido aumento da população, as diferenças econômicas crescentes entre as nações e dentro delas as lutas civis, a violência e a morte de muitas crianças que poderia ser evitada. Esses problemas dificultaram os avanços da educação básica em muitos países menos desenvolvidos que poderia ser evitada. Esse era o contexto social para que em 1990 fosse organizada a Conferência Educação para Todos (www.unesco.org.br Acesso em 14/06/2007).

e os meios para garanti-las, tendo, como decorrência, o compromisso de lutar pela inclusão educacional.

Programas de cunho social, com a intenção de minimizar as consequências das desigualdades sociais que atingem grande parte das famílias brasileiras também colaboram para alargar as possibilidades de sucesso e permanência escolar entre estudantes de baixa renda. Como exemplo, temos o Programa da Merenda Escolar, que proporciona, durante todos os dias letivos, no mínimo uma refeição diária a todos os alunos matriculados no ensino público da educação básica.

Pobreza e exclusão social

Mesmo no século XXI, a exclusão social permanece presente no Brasil, atingindo grande parte da população. Nosso país mudou bastante nos últimos tempos, em termos sócio-político-econômicos, porém, as desigualdades sociais, permanecem distanciando cada vez mais o poder aquisitivo entre os mais ricos e pobres.

A exclusão social é um fenômeno do passado e do presente e, se não houver mudanças substanciais na política sócio-econômica para uma distribuição de renda mais justa, será também do futuro. Segundo Estivill (2003), os conceitos de exclusão e pobreza são considerados concomitantes, se sobrepõem e comumente são complementares².

Contudo, não se pode restringir a concepção da pobreza exclusivamente como falta ou insuficiência de renda. Segundo Aguiar (2002), a definição usada pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD- *“que vê a pobreza como a ausência de escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento da vida humana, o fenômeno é constituído por três eixos fundamentais: a pobreza material, a pobreza intelectual e a pobreza social”* (AGUIAR, 2003, p. 16).

Os pobres, no entanto, são submetidos, a todo instante, a situações de privação de capacidades e os exemplos são os mais diversos, entre eles, o trabalho infantil imposto às famílias por uma questão de sobrevivência, acarretando, conseqüentemente, a falta de acesso à educação e à saúde ou/e promovendo esse acesso de maneira precária.

[...] a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de indefinição de pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser razão primordial da privação da capacidade de uma pessoa” (Sen, 2002; p.109).

² Esses conceitos podem ser melhor compreendidos: ESTIVILL, Jordil. Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias. Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.

A renda mínima, sob o contexto de nossa realidade, não pode partir do pressuposto de que os motivos que dificultam o acesso ao mercado de trabalho, aos bens primários da sociedade e que aumentam ainda mais a “desigualdade na distribuição da renda” estão vinculados a “estigmas” contra grupos étnicos e sociais. É nesse contexto social de crise e desemprego que podemos situar inúmeras famílias brasileiras que, para sobreviverem, tornam-se suscetíveis a inserir crianças e adolescentes no mundo do trabalho, complementando o orçamento familiar e minimizando sua situação de pobreza.

Aguiar (2002) diz ser possível afirmar que programas de garantia de renda mínima, aplicados de maneira independente, não são capazes de atuar efetivamente no rompimento dos ciclos geracionais de pobreza e de desigualdade social. Essas variáveis não representam somente uma questão de renda. “Nenhuma renda distribuída aos pobres poderia garantir o mínimo de bens e acesso a serviços básicos de qualidade necessários, nos padrões modernos, para sair da condição de pobreza e mesmo da exclusão social” (Aguiar, 2002; p.32). A renda mínima, para se tornar um meio de combate à pobreza e à desigualdade, seria interessante estar vinculada a outras políticas sociais.

Cabe ao Estado, nesta conjuntura, buscar novos meios para a superação de barreiras existentes na sociedade, que acabam distanciando os excluídos dos acessos aos bens e serviços, neste caso, o da inclusão escolar, do direito à educação.

Pelos critérios do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil é de 0,757, o que o situa entre os países de médio desenvolvimento humano. De acordo com o Índice de Gini, instrumento para medir a desigualdade da renda, nosso país se encontra entre os piores países do mundo. Neste sentido, Aguiar (2002, p. 61) apresenta alguns dados:

O alto grau de desigualdade correlaciona-se fortemente com a fraca estrutura educacional brasileira. É verdade que se ampliou a matrícula enormemente nos últimos 10 anos, porém ainda se convive com altas taxas de evasão escolar no ensino fundamental. O ensino médio no país ainda está muito longe de ser satisfatório. Atende hoje, conforme dados de 1999, somente 32,6% dos jovens de 15 a 17 anos.

Para o autor mencionado acima, esses dados da realidade educacional e social foram decisivos para que, em 2001, o Governo Federal lançasse o Programa Nacional de Bolsa Escola, tendo como “meta o atendimento de 5,9 milhões de famílias e 10,7 milhões de crianças de 6 a 15 anos em todo o país” (AGUIAR, 2002, p. 61). Não basta simplesmente matricular as crianças e adolescentes na escola, é necessário um envolvimento de todos, viabilizando a permanência e também uma educação de qualidade, visto a educação ser um direito e um princípio de cidadania.

EJA e a cidadania

A educação compõe um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, devendo ser assegurada pelo poder público, designado para prover as condições necessárias à sua efetivação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A escola é uma instituição marcante na vida das pessoas, independentemente do ponto de vista político-educacional. Neste espaço, decorrem diferentes tipos de aprendizagens e de socialização entre os seres humanos.

O verdadeiro sentido e o objetivo da escola inserem-se na compreensão de cidadania que considera a existência humana:

O homem só é efetivamente cidadão se pode efetivamente usufruir os bens materiais necessários para a sustentação de sua existência física, dos bens simbólicos necessários para a sustentação de sua existência subjetiva e dos bens políticos necessários para a sua sustentação política (SEVERINO apud AZEVEDO, 1997, p. 308).

Dessa forma, o ensino brasileiro, a partir da Lei 9.394/96 – a – LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quer preparar o aluno para o exercício consciente pleno da cidadania, qualificando-o para o trabalho, a partir de princípios e bases filosóficas assim configuradas: respeito à igualdade, à gratuidade do ensino público. Isso tudo para que o aprendizado se processe, para que o ensino possa ser viabilizado, para que a pesquisa e a divulgação da cultura sejam operacionalizadas, ensejando a expressão do pensamento, o desenvolvimento da arte e a obtenção do saber.

No entanto, a educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino, amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. Porém são pessoas que tem cultura própria. Sabe-se que o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno às turmas de EJA. Por isso, o professor da EJA deve, também, ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno.

É preciso que a sociedade perceba que os alunos de EJA vivenciam situações como preconceito, vergonha, discriminação, tais questões são vivenciadas tanto no cotidiano familiar como na vida em comunidade. Faz-se necessário evidenciar que a EJA é uma educação possível e capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, permitindo-lhe reescrever sua história de vida.

A história da EJA no Brasil está muito ligada a Paulo Freire. O Sistema Paulo Freire, desenvolvido na década de 60, teve sua primeira aplicação na cidade de Angicos, no Rio

Grande do Norte. E, com o sucesso da experiência, passou a ser conhecido em todo País, sendo praticado por diversos grupos de cultura popular.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

A ênfase da investigação centrou-se na Educação de Jovens e Adultos e sua relação com a pobreza. Segundo Gadoti (2008), a pobreza está intimamente ligada ao fato das pessoas abandonarem seus estudos, por razões vinculadas a parte econômica, pois a necessidade de trabalhar faz muitos brasileiros, evadirem da escola.

Buscou-se a confirmação de que a pobreza e a EJA, estivessem imbricadas uma a outra.

Para este estudo elegeu-se a pesquisa bibliográfica, que segundo Leal (2008), é aquela elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente por livros e artigos de periódicos.

A pesquisa bibliográfica é a base para as demais pesquisas e pode-se dizer que é uma constante na vida de quem propõe a pesquisar.

Os resultados da pesquisa – uma síntese

A fim de analisar a relação da pobreza com a educação de jovens e adultos, percebe-se uma ligação muito forte entre elas, pois diversos são os motivos que levam as pessoas a evadirem do espaço escolar.

Partindo de um breve histórico da EJA no Brasil, compreende-se que alguns fatores devem ser levados em consideração, pois a pobreza e a falta de oportunidade de permanecer na escola levam à evasão. No entanto, o acesso a matrícula todos possuem, mas, permanecer na escola é outra questão.

A Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos.

Já os movimentos internacionais e organizações como a UNESCO, exerceram influência positiva, reconhecendo os trabalhos que vinham sendo realizados no Brasil e estimulando a criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos.

Em 1946, com a instalação do Estado Nacional Desenvolvimentista, houve um deslocamento do projeto político do Brasil, passando do modelo agrícola e rural para um

modelo industrial e urbano, que gerou a necessidade de pessoas qualificadas e alfabetizadas.

Na década de 60, com o Estado associado à Igreja Católica, novo impulso foi dado às campanhas de alfabetização de adultos. No entanto, em 1964, com o golpe militar, todos os movimentos de alfabetização que se vinculavam à ideia de fortalecimento de uma cultura popular foram reprimidos.

A década de 70, marca o início das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização o MOBRAL, que era um projeto para se acabar com o analfabetismo em apenas dez anos.

O ensino supletivo, implantado em 1971, foi um marco importante na história da educação de jovens e adultos do Brasil. Foram criados os Centros de Estudos Supletivos em todo o País, com a proposta de ser um modelo de educação do futuro, atendendo às necessidades de uma sociedade em processo de modernização. O objetivo era escolarizar um grande número de pessoas, mediante um baixo custo operacional, satisfazendo às necessidades de um mercado de trabalho competitivo, com exigência de escolarização cada vez maior.

Nos anos 90, a União foi se afastando das atividades da EJA e transferindo a responsabilidade para os Estados e Municípios.

Em janeiro de 2003, o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo federal. Para isso, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, cuja meta é erradicar o analfabetismo durante o mandato de quatro anos do governo Lula.

Segundo Gadoti (2008), o analfabetismo existe não pela falta de escola ou de estrutura física, mas sim pela falta de condições materiais para que pessoas com dificuldades econômicas possam estudar no ensino regular. Para erradicar o analfabetismo será necessário eliminar a pobreza em nosso país.

Atualmente, existe o projeto Brasil Alfabetizado, que está propiciando a possibilidade de estudar a muitos brasileiros.

Conclusões

Este estudo teve o propósito de levantar questões relativas à pobreza e a educação de jovens e adultos.

Considera-se que a pobreza é um dos fatores significativos, que levam as pessoas não estudarem no ensino regular.

É necessário que a sociedade compreenda que os educandos de EJA vivenciam problemas como preconceito, vergonha, discriminação, críticas dentre tantos outros. A educação pode possibilitar que esses alunos reescrevam suas histórias de vida.

Com este trabalho não se teve a pretensão de esgotar os estudos e investigações, mas evidenciar algumas questões acerca da pobreza e da EJA.

Ao concluir este trabalho, ressalta-se que o homem só será efetivamente cidadão quando estiver integrado à sociedade, ao mercado de trabalho, exercendo uma participação mais ativa e crítica da vida social e política, promovendo o crescimento pessoal e da sociedade em que está inserido.

Referências Bibliográficas

- ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, n. 1, jan/jun.2002. v.28.
- BUARQUE, Cristovam. **Choque de idéias**. Senado, 2004
- _____. **Transbordamento ou inclusão**. Senado, 2004.
- BRASIL PARA TODOS. Material de divulgação. Brasília: 2004-2006.
- CAMARGO, José Marcio. **Pobreza e garantia de renda mínima**. Folha de São Paulo, 1991.
- COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO RUMO A 2022, 2006. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em: julho de 2007.
- CURY, Carlos Jamyl. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- Cadernos de pesquisa, n. 124, p. 11-32, 2005. v 35. Disponível em www.scielo.com.br . Acesso em: junho 2007.
- DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. Campinas: Papyrus, 1996.
- DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154. Disponível em ww.scielo.com.br. Acesso em: maio 2007.
- DUTRA, Cláudia P. **Diferentes olhares sobre a educação**. SEE/MEC São Paulo, 2005.
- ESTIVILL, Jordil. **Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias**. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTI, Moacir; ROMÃO, José (orgs). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo, Cortez, 2008.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3.ed. Campinas, São Paulo: Alínea, 2003.

INEP. Disponível em www.inep.gov.br. Acesso em: junho/julho de 2007.

LEAL, Alzira Elaine Melo; SOUZA, Carlos Eduardo Gerzson de. **Construindo o conhecimento pela pesquisa: orientação básica para a elaboração de trabalhos científicos**. Santa Maria: Sociedade Vicente Pallotti, 2006.

MARQUES, Maria Ornélia. **Educação popular, democracia e qualidade de ensino**. 2003. Movimento de educação popular e promoção social. Disponível em: www.feyalegria.org/biblioteca. Acesso em: julho de 2007

MINAYO, M.C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PONTILI, Rosângela. **A infra estrutura escolar e as características familiares influenciando a frequência e o atraso no ensino fundamental**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2004.

POCHMANN E AMORIM, Marcio e Ricardo (Org). **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.